

O REI DAVID

indícios e suspeitas nas entrelinhas do texto

KING DAVID: INDICES AND SUSPICIONS BETWEEN THE LINES

Sergio Alberto Feldman*

Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO

O rei David é um personagem de extrema importância para judeus e cristãos. Iniciador de uma dinastia real denominada Casa de David que pretende ser o tronco de uma linhagem essencial para a consecução do plano divino na História: dessa família viria o Messias. A exegese judaica e cristã tende a exaltar suas evidentes qualidades, mas se exime de uma leitura política do texto bíblico dos dois Livros de Samuel. Este texto pretende desconstruir a sacralidade e refletir sobre o político que age por razões de Estado e por vezes em oposição à Lei de Deus. Um personagem polissêmico, complexo e repleto de contradições que o humanizam e ampliam sua importância.

PALAVRAS-CHAVE

Casa de David, legitimidade, Livro de Samuel, lei divina

SACRALIDADE SOB ANÁLISE

O nosso objeto de pesquisa é um entre os personagens mais marcantes da cultura e do imaginário ocidental: o rei David. Ele é considerado pelo Judaísmo como o iniciador de uma dinastia real e tronco da linhagem messiânica. Um de seus descendentes seria o Libertador do povo de Israel e o Redentor da humanidade no final dos tempos. O Cristianismo altera em parte esta concepção, mas a mantém em essência: o Cristo que redime a humanidade e que retorna no Juízo Final descende da casa de David e é inserido na profecia através desta vinculação. David é, portanto, um marco de referência das religiões monoteístas, visto ser respeitado e benquisto no Alcorão, mesmo sem ter o mesmo papel marcante que na Bíblia.

Trata-se, portanto, de um texto de pesquisa difícil de ser redigido, pois envolve crenças e valores e transita em “solo sagrado”, podendo gerar reações e discórdia. A pesquisa acadêmica é por essência polêmica e crítica e não pode se desviar dos riscos de conflito, mas a nossa intenção não é desvalorizar o personagem, mas sim humanizá-lo e

* *serfeldpr@yahoo.com.br*

entendê-lo como um ser “político” e que em essência almejava legitimidade para seu governo e para sua dinastia. O mesmo se dá com os escribas que redigem as obras narrativas de sua ação política e religiosa. Antes de ser o tronco de um clã messiânico, David é a viga mestra de uma dinastia que almeja legitimidade. Este será o nosso olhar preferencial. Para tanto estabeleceremos enfoques prioritários e metodologias de análise. Passemos à análise inicial do texto no contexto: autoria, época, objetivos do autor ou dos autores, amplitude do leque dos envolvidos na mensagem do texto.

A OBRA E O AUTOR: INTENÇÕES E INTERESSES

A obra que descreve e analisa a ascensão de David de pastor até a condição de rei e de fundador de uma dinastia é o conjunto assim denominado como primeiro e segundo Livros de Samuel. Estão localizados na Bíblia Hebraica, ou como estabelece a Cristandade, no Antigo Testamento. A tradição judaica especifica quem são seus autores: o próprio Samuel até falecer, e profetas que o sucedem, entre os quais, Natan. Não se fala de redação posterior aos fatos e tampouco de haver dois textos imbricados na trama do texto. Isso se percebe através de uma leitura acurada e da análise filológica. É evidente que há dois textos mesclados: a narrativa tem contradições e mesmo repetições que demonstram que foram mescladas duas versões pelo menos. Ambas aparentam ser para nós serem anteriores ao Exílio, possivelmente uma mais antiga e originária do Norte e outra posterior e escrita no Sul. O eixo temático é o surgimento da monarquia, a ascensão da casa de Saul e a sua substituição por David e a consolidação na monarquia davídica.

Na tradição judaica e da mesma forma na exegese cristã não se debateu muito a questão de que os dois Livros de Samuel serviram para legitimar uma dinastia e possuem facetas voltadas à questão política. A polêmica se ateve à questão messiânica e a origem da casa de David, sob o olhar religioso em especial. A questão política não foi enfatizada senão pelos críticos do final do mundo medieval e em especial através de filósofos como Baruch Espinosa em seu polêmico “Tratado teológico político”, que relaciona a política com a religião e demonstra a utilização de uma pela outra e a maneira pela qual se submetem interesses políticos na religião e temas religiosos na política. Esta reflexão, somada ao conhecimento exegético judaico de Espinosa, auferiu à assim denominada Ciência Bíblica, uma nova vertente de reflexão. Os séculos 18 e 19 propiciaram espaço para seu desenvolvimento. A arqueologia, que surge de maneira desordenada no século 19, adquire maturidade no século 20 e gera informações e novos focos de interpretação ao texto bíblico através da cultura material.

Assim, a interpretação religiosa deixa de ser a única válida. Os estudos bíblicos ultrapassam os interesses teológicos para adquirir uma amplitude de olhares que permite novos estudos. O nosso foco é restrito ao texto bíblico e pretende extrair das entrelinhas do texto um de seus objetivos primordiais: como o texto serviu para legitimar David, em especial os seus descendentes, a assim denominada “Casa de David”, que reinou no reino de Judá (Judeia ou em hebraico Iehudá) a partir da morte do filho e herdeiro de David, o renomado Salomão. David e Salomão reinaram como monarcas das tribos unificadas, além de efetuarem conquistas e governar reinos e povos vizinhos. Esse pretense Império de David e Salomão foi cindido em duas unidades: ao norte o reino de Israel, que teve

diversas dinastias reinantes se sucedendo e se alternando; ao sul o reino de Judá ou Lejudá, que de acordo a narrativa dos cronistas nunca perdeu sua vinculação com a dinastia de David. Uma parte da literatura bíblica está imbricada de maneira intensa e marcante com as pretensões e a suposta legitimidade da “Casa de David”.

Recentemente uma obra de dois arqueólogos, Finkelstein e Silberman,¹ denominada na edição brasileira *A Bíblia não tinha razão*, analisa diversos achados arqueológicos e não reluta em fazer algumas afirmações pouco palatáveis aos fundamentalistas: a) as dimensões da Jerusalém de David e Salomão não se coadunam com aquelas de uma metrópole que teria sido a capital de um vasto Império; b) as evidências arqueológicas não formam um conjunto harmônico, tal como propunha a obra predecessora de autoria de W. Keeler, denominada *A Bíblia tinha razão*, que teve muitas edições em todas as línguas do *orbis*. Só no Brasil teve mais de duas dezenas de edições. As contradições do texto bíblico com a realidade arqueológica são partes de uma construção ideológica e de uma articulação dinástica dos herdeiros e sucessores de David: a assim denominada “Casa de David”, ou seja, os descendentes deste, que se outorgam os direitos sucessórios sobre seu espólio político e religioso.

Nossa análise, partindo de pressupostos de reflexão diferentes dos arqueólogos, percebe os fatos de maneira semelhante, e concorda com os mesmos. O nosso olhar busca indícios nas entrelinhas do texto. Há uma escrita do texto bíblico que se coaduna com os interesses dinásticos de alguns reis de Judá, que, após a queda do reino de Israel e a destruição deste pelos assírios em 722 a.C., almejam ser os herdeiros não apenas de seu reino, mas de todas as tribos de Israel. Essa pretensão é um detalhe político de um projeto bem mais amplo. A monarquia se une aos líderes religiosos, profetas e escribas na defesa dos princípios monoteístas e da religião que tem como fundador Moisés. Assim o eixo motivador da escrita direciona os fatos para a defesa da fé, tendo o rei como aliado e paladino. O processo culmina na redação de alguns textos que servem para consolidar o monoteísmo através da assim chamada Reforma Deuteronomica. Analisemos esse período, que ocorre alguns séculos depois da morte de David, por volta do final do século 7 a.C.

O rei Josias une-se aos escribas e este grupo é capitaneado pelo profeta Jeremias, fazendo uma radical retomada dos valores e princípios do monoteísmo ético e da unidade da fé judaica. Descreve-se que havia sido encontrado um rolo de pergaminho de um quinto livro de Moisés: o Livro do Deuterônimo. Esse livro traz claras ordenações da centralização do culto, da abolição de altares “paganizados” em locais que não fosse Jerusalém. Trata-se de uma maneira de combater a idolatria, centralizar o culto em torno do Templo e de impedir o enfraquecimento do pacto de Deus com os Hebreus (ou povo judeu.). A Reforma Deuteronomica, datada em cerca de 620 a.C., traz em seu conjunto algumas posições religiosas bastante avançadas, leis sociais, legislação da guerra e inúmeras regras de elevado teor ético e moral.²

¹ FINKELSTEIN; SILBERMAN. *A Bíblia não tinha razão*.

² GRÜEN. *O tempo que se chama hoje: introdução ao Antigo Testamento*.

Os escribas, em conjunto com o profeta Jeremias, tem clareza de princípios: havia um pacto com Deus e este deveria ser respeitado, pois se não o fosse o povo seria castigado com a conquista externa e o exílio. Pelo menos essa é a versão que nos foi legada pelos textos. A ideologia religiosa emana das entrelinhas do texto deuteronomico e de toda uma literatura bíblica associada ao mesmo, visto haver outras obras que se coadunam numa narrativa histórica que tem sua base no texto deuteronomico: Josué, Juízes, Samuel I e II, Reis I e II.³

Os projetos religiosos e sociais dos escribas e profetas obtiveram o apoio da dinastia reinante e se consumou uma aliança entre a Casa de David e os defensores do Deus único. Esse relacionamento pode ser contemporâneo a Josias, ou seja, novo ou talvez a renovação de um pretense acordo vigente durante o reinado de David. Não temos elementos para discernir se apenas uma dessas hipóteses ou o conjunto de ambas seja a verdadeira. O que é visível é que a partir de Josias e da Reforma deuteronomica convergem os interesses dos defensores do Deus único e seu ideário ético e moral com a Casa de David. O projeto religioso e o projeto dinástico convergem. Nada de se estranhar numa sociedade que se autodenomina o Povo Eleito e se entende como membro de um pacto com Deus que pretende, através deste mesmo povo, executar uma transformação cósmica e definir o sentido da Criação e da História.

David se torna o ponto convergente de toda esta articulação. Seus atos, seus gestos e sua aliança com Deus, desde a sua escolha e unção até a ascensão ao trono de Judá e posteriormente de Israel, são o eixo para onde convergem a um só tempo, por um lado, os sonhos dos reformadores religiosos, tanto profetas quanto escribas, e por outro, as pretensões da “Casa de David”. A gestação do texto se dá a partir desse momento. Os escribas trazem nas entrelinhas do texto uma interpretação dos fatos imbuídas dessas concepções: Deus escolheu a David e a seus herdeiros como os executores da política religiosa que redundará na paz e na justiça social, na libertação do povo de seus opressores e posteriormente num contexto mais universal e escatológico na Redenção.⁴

DAVID NA TESSITURA DO TEXTO

David está onipresente no texto da Bíblia Hebraica, também conhecida pela Cristandade como Antigo Testamento. Transcende a seu papel histórico, aliás, que paira sob a dúvida de pouca comprovação extratextos. A arqueologia propicia evidências bem pouco consistentes de sua existência e de seus feitos. O texto bíblico é de redação posterior aos fatos, como tem sido a maioria dos textos do cânone judaico e mesmo do cristão: entre os fatos e a narrativa há um lapso de algumas gerações. A memória oral e coletiva ajuda a manter a lembrança dos fatos marcantes e da epopeia dos personagens ora mitológicos e ora históricos, mas sempre recordados com riqueza de detalhes que demonstram o impacto que geraram inicialmente na sua vida, e posteriormente sobre a comunidade e o imaginário social que transcende a seus feitos efetivos.

³ LAMADRID. *As tradições históricas de Israel: introdução ao Antigo Testamento*.

⁴ FELDMAN. *Rei ungido a redentor da humanidade: a evolução do conceito de Messias*.

A obra de análise é um conjunto denominado primeiro e segundo Livro de Samuel. Rosenberg⁵ diz que seria melhor se denominar os dois livros de Samuel, como livros de “(...) ‘Saul’ e ‘David’ respectivamente, ou até ‘I e II David’ (...)”. Nenhum exagero. O objeto de estudo central não é Samuel, mas sim a origem e a consolidação da monarquia.

A monarquia está sendo gerada num contexto, por um lado, por uma sociedade tribal embasada em tradições de liberdade e inexistência de instituições centralizadoras e coercivas, e por outro, da necessidade de coesão das tribos autônomas numa aliança mais efetiva para fazer frente à invasão dos Povos do Mar, denominados de Filisteus, nome que deriva do radical PLSH (Pei+Lamed+Shin), que pode ser traduzido como “invasores”. Tudo indica que se trate de aqueus expulsos de Creta pelos dórios e posteriormente do delta do Nilo pelos egípcios e que se alojaram na parte sul da Terra de Canaã. Numa tomada de consciência coletiva os hebreus pedem ao último Juiz, Samuel, através de seus anciãos, que os tornasse iguais aos outros povos, outorgando-lhes um rei que os comandasse nas batalhas e vencesse seus inimigos, subentendam-se os filisteus, nesse contexto de criação da monarquia. A sociedade tribal está em vias de romper-se e iria surgir uma nova organização político-social sob a custódia de reis. Na crença dos escribas que redigem o texto das Escrituras, quem efetivamente escolhe o rei é Deus. Ainda que na escolha do primeiro rei, denominado Saul percebamos duas ou três versões.

Em sua obra clássica editada em espanhol, *Israel desde las orígenes hasta mediados del siglo VIII (a. de C.)*, Lods reafirma a tese de três relatos.⁶ Em sua opinião pelo menos uma delas é antimonárquica.

A primeira enfatiza a vitória militar de Saul contra os amonitas e os filisteus como o marco de criação “de fato” da monarquia. Uma vitória inicial mais modesta, contra os amonitas (Samuel I, 11), serve de marco para a sua aclamação popular. Na sequência uma exagerada versão descreve como Saul e Jonatas vencem um exército muitas vezes superior numericamente, através da coragem e do braço armado (Samuel I, 14). O profeta Oseias (10: 9) afirma que Saul recebeu seu poder em *Gibeá* (*Guiva* a cidade de Saul), ou seja, obtida na força armada. Vale lembrar que Oseias é um ferrenho crítico da monarquia e associa esse momento à malignidade. De outro lado os feitos heroicos tão exagerados demonstram o apoio divino a seu rei. Há aqui uma mescla de direito de fato (obtido na guerra e na conquista) e o direito por vontade divina.

A segunda versão mescla alguns elementos mais visíveis de cunho religioso e místico. Pode ser relacionada com a primeira versão ou ser considerada uma segunda versão independente. Nela, o futuro rei é enviado por Deus a Ramá, cidade de Samuel, que é advertido por Deus de sua vinda (Samuel I, 9: 15-16) ainda na véspera. Assim sendo, é um escolhido de Deus, e não demora para que Samuel faça sua *unção* (Samuel I, 10:1). Na sequência da narrativa, Saul é tomado pelo Espírito de Deus, junta-se a um bando de profetas extáticos e profetiza junto a eles (Samuel I, 10:10-13). Isso demonstra que se tornara um escolhido de Deus e que através da escolha e da *unção* cumpria um mandato divino. Sua atuação no meio dos profetas mostra a Divina Presença, a seu lado, inspirando-o até o grau do êxtase profético.

⁵ ALTER; KERMODE. *Guia literário da Bíblia*, p. 135.

⁶ LODS. *Israel desde las orígenes hasta mediados del siglo VIII (a. de C.)*, p. 291-294.

Lods ainda supõe que há uma mescla de histórias e narrativas ao admitir que talvez a história do nascimento e da infância de Samuel (Samuel I, 1-3) seja de fato a narrativa do nascimento e infância de Saul. Usa a etimologia de Shaul (Saul), que deriva do verbo *shaal*, “pedir” ou “perguntar”, para admitir que Ana pedisse a Deus seu filho, visto ser estéril até então.⁷

A terceira narrativa seria de inspiração antimonárquica. Há indícios de que seja de origem profética, mas há que se admitir que as resistências à monarquia na sociedade tribal e gerontocrática deviam ser comuns e pode se tratar de resquícios desse período. Samuel faz uma severa advertência aos anciãos e ao povo dos males da monarquia. Adverte-os dos abusos de poder, dos serviços forçados e conscrição militar obrigatória, dos impostos e taxas (Samuel I, 8). Como não houvera um poder central burocratizado até então, os israelitas desconheciam tais direitos e prerrogativas reais. Após nomear o rei, faz sua despedida das funções políticas que exercera como último juiz, e os assusta com advertências e inúmeros trovões e tremores de terra (Samuel I, 12). Isso tudo para lembrá-los do Pacto e da ação divina em seu favor quando foram escravos no Egito e nas crises anteriores. Assim sendo fica nas entrelinhas a reprimenda de que escolher um rei seria um gesto pecaminoso, e que poderia levar ao “abandono do pacto” e do verdadeiro Rei que seria Deus: “(...) porque a todos os nossos pecados temos acrescentado este mal, de pedirmos para nós um rei” (Samuel I, 12: 19).

Na visão de Kaufmann,⁸ há apenas duas versões. A antimonárquica teria sido obra de uma vertente “teocrática” que prevaleceu no período pós-exílico (após o retorno a *Sion*, no final do sexto século a. E. C.). Com a proibição persa de uma dinastia, o governo foi direcionado à casta sacerdotal. Os trechos do profeta Oseias (8:4 e 13:10) refletem essa concepção e a crítica dos reis.

Cabe, contudo, uma advertência: as narrativas pós-exílicas não se concentram em críticas à monarquia, mas sim aos gestos de reis idólatras e corruptos, insensíveis ao bem-estar coletivo. A história da monarquia se distancia da história pessoal de alguns reis. Desde Samuel I, capítulo 16, até o final dos dois Livros de Crônicas, há uma exaltação da dinastia davídica. O mesmo pode ser percebido na maior parte das tradições acumuladas em inúmeros textos. A tendência antimonárquica não é preservada em médio prazo. Seria uma tendência que se esgota nas críticas à idolatria e ao desrespeito ao Pacto, executada por certos reis. Isso pode ser observado em algumas das obras pós-exílicas, que consolidam a imagem do rei, associado com Deus e atuando em prol da continuidade do Pacto e da proteção divina ao povo de Israel.

Concluindo parcialmente: a monarquia tem aceitação por necessidade de sobrevivência diante de inimigos poderosos e severas críticas por retirar direitos tradicionais da população, diminuindo suas liberdades e por sua inserção em espaços sagrados que ficam profanados com a mescla de interesses seculares na religião. Em David e em boa parte de seus descendentes se resgata e se consolida uma imagem positiva da monarquia.

⁷ LODS. *Israel desde las orígenes hasta mediados del siglo VIII (a. de C.)*.

⁸ KAUFMANN. *A religião de Israel*.

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE DAVID

Como se altera a aceitação da monarquia numa sociedade tradicional e imbuída de valores de justiça, liberdade e respeito absoluto a Deus? Um rei reflete um poder centralizado, por vezes autoritário, que faz a cobrança de impostos, exige serviço militar e gera incômodos no cotidiano de populações que gozavam de autonomia e liberdade.

A imagem de David está repleta de contradições e de dúvidas se fizermos uma leitura acurada do texto de Samuel I e II.

David surge na narrativa bíblica em duas versões. A primeira está no Livro de Samuel I, capítulo 16, quando Saul, que havia rompido com Samuel, por ter desobedecido a suas ordens (Samuel I, 13 e 15), perde a “presença divina” em sua corte e cai em depressão profunda, que é descrita como sendo a ausência do Espírito do Senhor e a presença de um espírito maligno. David acabara de ser ungido e o Espírito de Deus está alojado nele. Nesse momento David é trazido à corte real para realizar uma versão antiga de “musicoterapia” ao executar a sua harpa para acalmar o monarca em sua depressão. Nesse contexto e nesse texto se inicia a relação privilegiada e iluminada de David com Deus. O pastor belemita havia sido ungido por Samuel no início do mesmo capítulo e ficara marcado pelo Espírito do Senhor que assim o iluminava. Deus se separa de Saul e de seus herdeiros e se aproxima de David. Começa a construção do conceito do Pacto de David com o Senhor.

Na segunda versão, no capítulo alocado na sequência (Samuel I, 17), temos o desafio do gigante Golias aos hebreus e a aparição do jovem pastor David, que aceita o confronto e vence de maneira heroica ao poderoso guerreiro com sua funda. Isso por que ele estava imbuído do Espírito de Deus. Porém um detalhe contraditório aparece: Saul não identifica quem é o valente pastor e questiona seu general Abner, que lhe explica (Samuel I, 17: 55 *et seq.*). Esse desconhecimento de uma pessoa que tocava harpa e o acalmava revela a diferente autoria do capítulos 16 e 17. Tampouco Abner o identifica pela sua função: trata-se de um pastor de Belém. Nessa segunda aparição David faz uso de sua relação privilegiada com Deus, somada a sua habilidade no uso da funda.

A RELAÇÃO ENTRE DAVID E SAUL E SUA CASA: “NÃO TOCAREI O UNGIDO DO SENHOR”

A aparição de David no cenário da nova monarquia tem um efeito demolidor. O prestígio de Saul é abalado. Nas ruas canta-se; Saul matou mil, mas David matou dez mil (Samuel I, 18: 7) O filho predileto do rei, denominado Jônatas, torna-se tão amigo de David que se diz que: “o amou como a sua própria alma”. (Samuel I, 18: 1-2). Mical, a filha do monarca, apaixona-se pelo jovem guerreiro, e Saul pensou em tê-lo como aliado ao casar David com Mical (Samuel I, 18: 20-21).

Usando desse atrativo o rei Saul cobra um dote, que poderia ser uma armadilha fatal ao futuro genro: “cem prepúcios de filisteus” que deveriam ser obtidos no campo de batalha, podendo vir a causar a morte do candidato a genro. David vence o desafio, traz os cem prepúcios e se casa com a princesa. Isso demonstra mais uma vez a competência militar de David, que, acima de tudo, na ótica religiosa do texto que

Deus estava com ele e o guiava. Era a marca do vencedor e eleito por Deus. Seus feitos são demonstrações cabais de sua escolha e proteção por Deus.

Saul, enciumado, segue nas suas tentativas de liquidar com David. Este escapa da primeira tentativa quando Saul tenta cravá-lo com sua lança durante a execução de música através de sua harpa (Samuel I, 19: 8-10). Há uma segunda narrativa dessa mesma situação, mas relutamos em acreditar que Davi se expôs a este risco novamente. Entendemos que se trate de uma segunda fonte narrando a mesma situação. Ocorre uma segunda tentativa de Saul para eliminar David, mas este escapa com ajuda de Mical (Samuel I, 19: 11-17). A narrativa aloca a David uma postura ética e prudente: ele evita retaliar e ferir o rei e sua família. Uma imagem está sendo retocada e um modelo de herói e futuro rei se esboça. O texto ora é sutil e cuidadoso, ora é francamente partidário de David.

A escrita do texto é direcionada a enfatizar as tentativas fracassadas de Saul atingir David, matando-o, o que contrasta com a atitude de David, o novo herói e eleito de Deus, que vai se esquivando de perseguições e tentativas, mas nunca tentando reagir e ferir seu pretense algoz. David, em duas ocasiões que estão narradas nos capítulos 24 e 26, do primeiro livro de Samuel, está em posição de vantagem, podendo ferir mortalmente a Saul, que o persegue e se livra do oponente, mas que em ambas as situações não o faz.

Na primeira vez Saul persegue David no deserto de Ein Gedi. Saul entra numa caverna nas escarpas de um cânion ressecado, em pleno verão, para evacuar. David está escondido exatamente na mesma caverna com seus homens, que lhe sugerem matar o rei, antes que este os descubra e faça o mesmo com eles. David se recusa e diz aos seus homens: “O SENHOR me guarde de que eu faça tal coisa ao meu senhor, ao Ungido do SENHOR, estendendo eu a minha mão contra ele; pois é o ungido do SENHOR” (Samuel I, 24: 6). Saul sai ileso, mas antes, David corta a aba de sua manta e já estando o rei bem distante dele, adverte-o de que tivera a oportunidade de matá-lo, mas não o fez, mostrando sua superioridade ética e seu respeito ao seu monarca ungido. Saul fica humilhado e desiste de tentar atingir David.

Na segunda vez Saul persegue David no deserto do Neguev. Monta acampamento e rastreia o seu bando. Na calada da noite David ilude as sentinelas sonolentas e penetra na tenda do rei adormecido, que nada percebe. Os companheiros de luta sugerem que desta vez liquide o rei, que insiste em chaciná-lo. David não reluta e novamente exclama com veemência: “O SENHOR me guarde, de que eu estenda a mão contra o ungido do SENHOR; agora, porém, toma a lança que está à sua cabeceira e a bilha de água, e vamo-nos” (Samuel I, 26:11, grifos nossos). Com a posse da lança e do cantil, David prova novamente que tivera mais uma oportunidade de abater o monarca que o perseguia mas não tocara nem um fio de seu cabelo.

Qual é a razão de tal atitude nobre com alguém que quer exterminá-lo? Parece algo que não se coaduna com a atitude de guerreiros e homens dessa época. Há uma construção de imagem e uma simbólica referência à “imunidade do monarca ungido” e, portanto, protegido por Deus. Esse conceito é frisado nas palavras e atitudes de David, mas serve aos propósitos de seus descendentes de maneira explícita e absoluta. A imagem e o gesto de David espelham aqui um respeito às ordens de Deus na aparência, mas

efetivamente um anseio político de uma dinastia que sofre com ameaças e golpes de usurpadores e elementos exógenos à família real.

A ética do pré-candidato ao trono é clara: “Deus me ungiu e serei o próximo rei.” Não faço nada para acelerar esse processo. Deus retirou suas bênçãos de Saul e de sua casa. Quando Ele quiser me colocará no lugar de Saul. O Ungido está sob a proteção divina e tem plena imunidade, não podendo ser tocado por um mero mortal. Isso é criar uma simbólica inserção do divino no político. Para quem servia esta imunidade? Devemos vislumbrar nas entrelinhas do texto a intenção dos escribas e seu contexto. O que é narrado no passado, ou seja, a carreira e reinado de David, serve de modelo para que seus sucessores se outorguem imunidade, legitimidade e proteção divina.

Em princípio, para qualquer rei em qualquer época interessava a sanção divina. Mas no caso dos autores do texto há uma tentativa de sacralizar a Casa de David, pois esta sofre ameaças de usurpadores, tanto de aparentados da família real, quanto de elementos externos a esta.

A imagem do rei David serve de vestimenta a seus descendentes, a assim denominada Casa de David. A monarquia davídica assume o papel de protetora do monoteísmo ético e de inimiga do politeísmo e da idolatria. E em troca disso os profetas e escribas retroagem a posição de escolhido e eleito de Deus, desde David até os seus descendentes, no caso de Josias e sua família. Esse contexto do final do reino de Judá será modelar para toda a história do monoteísmo judaico e cristão. Consolida-se a união de Deus e da Casa de David. Voltemos agora nosso olhar para os fatos e a narrativa da ascensão de David ao trono.

DA UNIDADE DO REINO AOS CONFLITOS FAMILIARES

A ascensão de David é lenta enquanto transitamos no primeiro Livro de Samuel. Perseguido, foragido e proscrito, Saul tenta achá-lo e matá-lo. Nos capítulos finais desse livro Saul e uma parte de seus filhos, entre os quais o príncipe herdeiro Jônatas, perecem numa batalha com os filisteus. A batalha do monte Guilboa (Gelboé) é trágica: Jônatas e dois irmãos dele morrem em combate e Saul ferido se suicida. O herdeiro de Saul é o frágil e incompetente Ishboeth (ou Ishbaal), que se apoia no chefe militar de Saul, o general Abner.

David é eleito rei da tribo de Judá, sendo ungido pelos anciãos na cidade sagrada de Hebron. Coexistem dois reinos: o pequeno Judá e as demais tribos sob Ishboeth. Os dois reinos se chocam em batalhas comandadas por Abner (ex-general de Saul e líder militar de Ishboeth), de um lado, e por Joab (líder militar de David), de outro. A rivalidade entre os generais se aguça com a morte de um irmão de Joab pela mão de Abner. Joab jura Abner de morte. A guerra está indefinida: o exército de Joab é melhor e o de Abner, maior. David precisa de uma alteração da realidade, que não tarda. A escrita do cronista parece intuir que esta ajuda é sobrenatural.

No campo rival o cisma se dá quando Ishboeth e Abner se desentendem por causa de uma ex-concubina de Saul. O rompimento entre ambos é iminente. Abner manda mensageiros e propõe um pacto com David: ajudaria este nas suas pretensões.

Fazem um acordo e Abner dialoga com os representantes das tribos e abre o caminho para David. Este recebe de volta sua esposa Mical, que Saul lhe retirara e com isso consolida sua legitimidade, por voltar a ter uma princesa em sua casa. Abner pede um salvo-conduto e vai dialogar com David. Abner é honrado e um pacto é selado. A dúvida era quem seria a partir de agora o general do exército unificado das tribos: Abner ou Joab? Após fechar o acordo, Abner começa a voltar às suas tropas no objetivo de unificar as tribos sob o mando de David. Então Joab lhe arma uma cilada; desrespeitando o salvo-conduto de seu rei, vinga-se de Abner matando-o.

Há duas ou mais maneiras de se interpretar essa morte. Em uma leitura simples e superficial se entende que se trata de vingança pessoal de Joab, pela morte de seu irmão. Nas entrelinhas do texto se percebe que essa morte servia aos propósitos de David. Abner era um homem forte. Já cumprira sua função abrindo o caminho para David assumir o trono de todas as tribos.

A atitude de David é política e muito suspeita. Declara sua inocência de imediato, logo ao saber da morte de Abner. Afirma: “Inocente sou eu, e o meu reino, para com o SENHOR, para sempre, do sangue de Abner, filho de Ner” (Samuel II, 3: 28).

Imediatamente culpou a Joab seu general dessa morte tão cruel. E rogou uma maldição muito grave sobre o mesmo e sua família:

Caia sobre a cabeça de Joab e sobre toda a casa de seu pai, e nunca na casa de Joabe falte quem tenha fluxo, ou quem seja leproso, ou quem se atenha a bordão, ou quem caia à espada, ou quem necessite de pão (Samuel II, 3: 29).

O que nos causa estranheza é que Joab ainda serviu David por algumas décadas. Essa morte violenta não causou sua demissão. David alegou estar em suas mãos e não poder demiti-lo. Joab era servidor leal e competente de seu Rei; refugiara-se no deserto com seu amigo na época das perseguições de Saul; por David, venceu os inimigos em torno das tribos, consolidou um império com suas conquistas e defendeu David até a morte do mesmo. Veio a cair em desgraça na sucessão do Rei, quando se alinhou ao lado de Adonias e se opôs ao rei Salomão que sucedeu seu pai. Essa inserção da maldição parece anacrônica e acreditamos que não tenha sido feita por David ou seus escribas, mas sim pelos seus herdeiros e de maneira retroativa.

No que tange a Abner, o texto isenta David de culpa, visto ter pranteado o falecido e executado uma elegia para lamentar sua morte.

Disse, pois, Davi a Joabe, e a todo o povo que com ele estava: Rasgai as vossas vestes; e cingi-vos de sacos e ide pranteando diante de Abner. E o rei Davi ia seguindo o féretro. E, sepultando a Abner em Hebrom, o rei levantou a sua voz, e chorou junto da sepultura de Abner; e chorou todo o povo (Samuel II, 3: 31-32).

David lamentou a morte de Abner: “As tuas mãos não estavam atadas, nem os teus pés carregados de grilhões, mas caíste como os que caem diante dos filhos da maldade! Então todo o povo chorou muito mais por ele” (Samuel II, cap. 3: vers. 34). David jejuou até o dia seguinte e se isentou de culpa aos olhos do povo diante de tal manifestação de pesar e luto. Há uma clara montagem da narrativa que exerce uma forte impressão no leitor. David tinha as “mãos limpas”.

O próximo adversário de David a sucumbir foi o filho e sucessor de Saul, o rei Ishbosheth. Este fora abandonado por Abner e estava com seus dias contados. Dois capitães de sua guarda o executam quando dormia depois do almoço. Cortam sua cabeça e levam-na a David, na expectativa de obter uma recompensa por tirá-lo de circulação e abrirem definitivamente a possibilidade de junção de todas as tribos sob a coroa de David. David os adverte da sua crueldade e de sua traição. Recordá-lhes que puniu ao amalequita que lhe dera a notícia da morte de Saul e que simulara ter sido ele o autor de sua morte para obter recompensa de David (Samuel II, 1). Diz aos assassinos de Ishbosheth: “Quanto mais a ímpios homens, que mataram um homem justo em sua casa, sobre a sua cama; agora, pois, não requereria eu o seu sangue de vossas mãos, e não vos exterminaria da terra”? (Samuel II, 4: 11).

Na sequência os pune exemplarmente para não gerar dúvidas sobre sua integridade e isenção. Não assume e nem admite ser mandante de um crime tão horrendo que lhe abre as portas da união das tribos sob sua coroa. Exime-se de responsabilidade e repudia o crime:

E deu Davi ordem aos seus moços que os matassem; e cortaram-lhes os pés e as mãos, e os penduraram sobre o tanque de Hebron; tomaram, porém, a cabeça de Ishbosheth, e a sepultaram na sepultura de Abner, em Hebron (Samuel II, 4: 12).

As mãos de David seguem exemplarmente limpas. Obtém a sua terceira unção, agora pelos anciãos das demais tribos. O texto narra: “Assim, pois, todos os anciãos de Israel vieram ao rei, em Hebron; e o rei Davi fez com eles acordo em Hebron, perante o SENHOR; e ungiram a Davi rei sobre Israel” (Samuel II, 5: 3)

David segue sua ascensão, agora de maneira rápida. Se no Primeiro Livro de Samuel é lenta e paciente, no segundo Livro de Samuel ela se torna rápida e completa. Conquista Jerusalém e a transforma na sua capital. Joab vence os filisteus e os reduz a um enclave que separa o Império de David do poderoso Egito. Expande as fronteiras até as margens do rio Eufrates, mesmo que isso seja hoje contestado por alguns pesquisadores, é o que relata o texto bíblico.

Seu poder e sua glória são associados a Deus. Após a conquista de Jerusalém, David traz a Arca Sagrada com as Tábuas da Lei em seu interior para dentro da Cidade que ele objetivava tornar sua capital. Na concepção da época na Arca se abrigava a Presença Divina. Assim sendo, a capital estaria sob a proteção de Deus. O mesmo passava a se dar com David e com sua dinastia. Quando David pede a Deus, através do profeta Natan, que lhe seja permitido construir o Templo Sagrado para abrigar a Arca e a Presença Divina, Deus lhe afirma que isto estava reservado para seu filho e sucessor. Na sequência afirma seu apoio e proteção ao filho e sucessor, assim como à dinastia que seguiria a David: “Mas a minha benignidade não se apartará dele; como a tirei de Saul, a quem tirei de diante de ti. Porém a tua casa e o teu reino serão firmados para sempre diante de ti; teu trono será firme para sempre” (Samuel II, 7: 15-16).

Seja verossímil e originalmente escrito, ou seja, uma inserção de texto para assegurar a continuidade à legitimidade da dinastia, nesse contexto a Casa de David está associando a sua existência à vontade divina. O mais interessante é que a partir desse texto ocorrem duas narrativas distintas: uma favorável a David e uma agudamente crítica. Nos capítulos oito a dez há uma tendência bastante positiva. David e seu general Joab vencem batalhas e conquistam reinos anexando-os ou tornando-os submissos.

Nos capítulos onze e doze ocorre uma dramática reviravolta. David se apaixona e seduz uma mulher casada, a esposa de um oficial mercenário de seu exército: Bat Sheva (Bate Seba) ou Betsabé. No enredo do romance entre os dois, David se vê diante de dilemas trágicos: gravidez e risco de morte da amada, já que adulterou; assim sendo, transgrediu a lei divina, uma provável desmoralização de seu poder. Opta por se desvencilhar do marido traído através de um ardil: mandar colocá-lo na frente de batalha mais perigosa para que pereça. Dessa forma transgrediu três dos Dez Mandamentos: “não cobiçarás a mulher do próximo”, “não adulterarás” e “não matarás”. Torna-se um rei que faz uso de seu poder para fins não adequados ao Pacto que Deus articulara com seu povo (Código Mosaico ou Torá), Pacto esse ampliado e redirecionado ao próprio David e seus descendentes, como executores da vontade divina, através da criação de uma dinastia sagrada: a Casa de David.

O profeta Natan articula uma parábola e sugere para David um julgamento simulado, através do qual este se autossentencia, sem perceber que é ao mesmo tempo o juiz e o réu. O texto descreve sua autocondenação: “Então o furor de Davi se acendeu em grande maneira contra aquele homem, e disse a Natan: Vive o SENHOR, que digno de morte é o homem que fez isso” (Samuel II, 12: 5).

Mas o Profeta, em nome de Deus, lhe demonstra que ele era o réu e se condenara. Mas reafirma o Pacto e sugere que a sequência dos fatos de sua vida trará a sua punição:

Agora, pois, não se apartará a espada jamais da tua casa, porquanto me desprezaste, e tomaste a mulher de Urias, o heteu, para ser tua mulher. Assim diz o SENHOR: Eis que suscitarei da tua própria casa o mal sobre ti, e tomarei tuas mulheres perante os teus olhos, e as darei a teu próximo, o qual se deitará com tuas mulheres perante este sol. Porque tu o fizeste em oculto, mas eu farei este negócio perante todo o Israel e perante o sol (Samuel II, 12: 10-12).

Qual seria o significado dessa profecia? Qual o simbolismo que se propõe?

O crime de David passa a ser o tema central do segundo Livro de Samuel. Há um enredo que articula, a um só tempo, a defesa da continuidade dinástica e uma lição de ética do poder que é modelar. Nas entrelinhas do texto se admite que Deus o tinha como escolhido e sua dinastia como protegida. Ainda assim David não estava *acima* da lei; devia colocar-se *sob* a lei. Uma ética do poder que ainda ressoa na contemporaneidade e ainda é um anseio mais do que uma realidade. O governante deve ser modelo de conduta e pode e deve ser punido caso transgrida a Lei que deve proteger e manter.

A construção da narrativa é linear e traça uma compreensão dos fatos e da história sob a ótica de que Deus faz de seu escolhido um exemplo de conduta. Se ele errou terá sua punição na mesma “moeda” e na mesma maneira que perpetrou seu crime. Os focos do livro deixam de ser os feitos e as vitórias do reinado de David e o olhar se volta às crises e conflitos entre seus filhos e pretensos herdeiros, numa rede de acontecimentos tristes e até trágicos que ocorrem no seio da família de David.

O décimo terceiro capítulo descreve a paixão entre o filho e herdeiro de David, Amnon, por sua meia-irmã Tamar. Através de um ardil este a seduz e depois a repudia. O irmão de Tamar, Absalão, vingá-se de Amnon, matando-o. Por este crime é exilado numa das cidades de refúgio. No capítulo seguinte David sofre por saudades de Absalão. Acaba perdendo-o, mas este prepara e executa, nos capítulos subsequentes, uma revolta

contra seu pai para derrubá-lo e ocupar seu cargo. Ocorre um vaivém de fatos que culminam na tomada do poder por Absalão, que para assumir o símbolo do poder e demonstrar que seu rompimento com o pai era definitivo, sob o conselho de Aitofel um conselheiro, arma uma tenda no teto do palácio real e coabita com algumas de suas concubinas, num simbólico gesto que reafirma a profecia de Natan:

E disse Aitofel a Absalão: Possui as concubinas de teu pai, que deixou para guardarem a casa; e assim todo o Israel ouvirá que te fizeste aborrecível para com teu pai; e se fortalecerão as mãos de todos os que estão contigo. Estenderam, pois, para Absalão uma tenda no terraço; e Absalão possuiu as concubinas de seu pai, perante os olhos de todo o Israel (Samuel II, 16: 21-22).

O trágico final é previsível: a batalha entre o exército vasto e inexperiente de Absalão e a pequena e treinada tropa de Joab se dá em um bosque, a qual prevalece a técnica e a experiência. David fizera sua tropa prometer que pouparia seu filho, rebelde e amado. Joab não vacila em executar o jovem e revoltoso Absalão, que fica preso nos ramos de um carvalho com sua vasta e densa cabeleira, ao tentar fugir da derrota: “Então disse Joabe: ‘Não me demorarei assim contigo aqui.’ E tomou três dardos, e traspassou com eles o coração de Absalão, estando ele ainda vivo no meio do carvalho” (Samuel II, 18: 14).

O sentido trágico da morte de seu filho rebelde retira de David o gosto da vitória e direciona ao vencedor da batalha mais uma culpa que se agrega ao seu currículo de fiel general, vencedor e defensor de seu rei, a pecha retroativa de não ter escolhido o melhor candidato à sucessão de David. Joab catalisa culpas através da pena do escriba, que redige na corte dos sucessores de Salomão.

O resto do reino de David são meras narrativas de fatos não marcantes. O *crime de David* é o centro do enredo. No primeiro livro de Samuel há uma distância estratégica de David que se exime de “tocar no ungido do Senhor” e constrói, por meio da pena do escriba real, um conceito de legitimidade e imunidade do escolhido de Deus, seja a casa de Saul, já extinta, ou seja, a Casa de David ainda reinante e por Deus protegida até a eternidade.

Já no segundo livro de Samuel há dois momentos: num se consolida o Pacto de Deus com David e seu império; noutro, há uma ordenada narrativa sobre o crime e a severa e dolorida punição de David que ocorre no seio de sua família e no âmbito do poder que ele recebera do qual fizera uso inadequado. A escolha da dinastia tem uma razão de ser: o rei deve ser o guardião da Lei e da fé no Deus único. Junto com esse tema transcendental se abriga a construção da legitimidade dinástica. O tronco da família real é um ser humano que tem falhas e comete erros, mas que é divinamente escolhido para reinar e perpetuar através de gerações a Casa de David.

Livros de Samuel (I e II): a dinastia de David foi escolhida e tem uma função importante de executar os desígnios divinos. David serve de modelo nas qualidades de líder e de fiel servidor de Deus, mas está na função de governar pela Lei e através da Palavra de Deus, nunca por cima dos Mandamentos. Os governantes estão subordinados à mesma Lei que pretendem utilizar para ordenar e controlar a sociedade.

O tema terá inúmeras derivadas servindo para a construção do conceito de monarquia sagrada no mundo tardo-antigo e medieval e, de certa forma, de argumento no conceito das monarquias absolutistas da Era Moderna.



ABSTRACT

King David is extremely important to Jews and Christians because he founded a dynasty called House of David, which wanted to be the backbone of a lineage essential for achieving the divine plan in History: this family would beget the Messiah. Jewish and Christian exegesis tends to extol his obvious qualities, but it refrains itself from a political reading of the two books of Samuel. The present paper intends to deconstruct the sacredness of the politician and reflect on his acts taken for reasons of state and sometimes in opposition to the law of God. A polysemic character, king David is complex and full of contradictions that humanize him and magnify his importance.

KEYWORDS

House of David, legitimacy, Book of Samuel, divine Law

REFERÊNCIAS

- ALTER, Robert; KERMODE, Frank (Org.). *Guia literário da Bíblia*. Trad. Raul Fiker; revisão de tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.
- FELDMAN, Sergio Alberto. Rei ungido a redentor da humanidade: a evolução do conceito de Messias. In: SILVA, Gilvan Ventura; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Org.). *As identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião*. Vitória: Edufes/PPGHIS, 2006. p. 353-366.
- FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. Trad. Tuca Magalhães. São Paulo: A Girafa, 2003.
- GRÜEN, Wolfgang. *O tempo que se chama hoje: introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- KAUFMANN, Yehezkel. *A religião de Israel*. Trad. Attílio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- LAMADRID, Antonio González. *As tradições históricas de Israel: introdução ao Antigo Testamento*. Trad. José Maria de Almeida. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LODS, Adolphe. *La religion de Israel*. Versión castellana A. Spivak. Buenos Aires: Hachette, 1939.
- LODS, Adolphe. *Israel desde las orígenes hasta mediados del siglo VIII (a. de C.)*. Traducción al español Vicente Clavel. México: UTEHA, 1956.